

# Uma leitura do problema da divisão do trabalho em Smith

**Claude Gautier**

École Normale Supérieure de Lyon

Tradução

Thiago Vargas – USP/Fapesp

## **RESUMO**

Propondo uma releitura do problema da divisão do trabalho em Smith e partindo dos dois discursos sobre a questão desenvolvidos nos Livros I e V da Riqueza das nações, trata-se de analisar esta noção tanto sob o prisma das considerações naturalistas e epistemológicas de Smith quanto destacando o caráter relacional e interdependente presente na divisão do trabalho. Com isso, busca-se reconsiderar criticamente o “liberalismo” de Smith.

## **PALAVRAS-CHAVE**

divisão do trabalho, Adam Smith, liberalismo, Riqueza das Nações, troca.

## **ABSTRACT**

By revisiting the problem of Smith's division of labour, starting from the two discourses on the issue developed in Books I and V of *The Wealth of Nations*, this paper aims to analyze this very notion from the perspective of Smith's naturalistic and epistemological considerations as well as to highlight the relational and interdependent aspect present in the division of labour. In so doing, we seek to critically reconsider Smith's “liberalism”.

## **KEY WORDS**

division of labour, Adam Smith, liberalism, *Wealth of Nations*, exchange.

Nesse estudo eu gostaria de reconsiderar a interpretação sobre a divisão do trabalho tal como ela é problematizada na *Riqueza das nações* (1776) de Smith.<sup>1</sup> Não se trata somente de propor uma outra leitura – que possui precedentes –, mas também de explorar algumas decisões metodológicas adotadas para abordar obras dessa natureza.

Em certo sentido, gostaria de demonstrar que a exigência metodológica de coerência de um sistema de pensamento, por vezes compreendida como uma projeção do leitor-historiador acerca de seu objeto<sup>2</sup>, pode ser considerada como um ponto de vista cuja utilidade se encontra nos efeitos de inteligibilidade por ela produzidos para a compreensão da obra.

Desse modo, parece-me que o recorte por vezes claramente estabelecido entre história das “ideias” e história do “pensamento” poderia ser relativizado. Se a exigência de objetividade na recordação dos “fatos” no domínio da história das ideias políticas tornou possível corrigir os enviesamentos e evidenciar numerosos erros<sup>3</sup>, persiste ainda o fato de que tornar absoluto o uso de determinados instrumentos de leitura pode produzir efeitos indesejáveis para a compreensão de uma obra ou de um pensamento.

Embora seja importante, a este respeito, não fazer do recurso ao princípio de coerência um dogma, ainda assim, desde que seja *metodologicamente* controlado, esse princípio pode ajudar na compreensão de um texto sem, no entanto, desaguar na construção *mitológica*<sup>4</sup> de um sistema que apresentaria justificativas para todas as contradições, sejam elas “aparentes” ou não.<sup>5</sup>

Essa exigência metodológica de coerência se justifica especialmente por duas razões. De um lado, a aplicação de um certo “princípio de caridade” epistemológico<sup>6</sup>;

<sup>1</sup> As duas edições para o presente estudo são, para o inglês, Smith (1976a) [WN], e, para a edição francesa, Smith (1995) [RN]. [N.A.]. Quando disponíveis, foram utilizadas as traduções em português das obras de Smith, com paginação indicada entre colchetes. [N.T.]

<sup>2</sup> Trata-se especialmente da crítica que Quentin Skinner dirige a um certo tipo de leitura que ele situa na categoria geral de “mitologia da coerência”. Ver Skinner (2002), em particular o cap. 3, *Interpretation rationality and truth* (1ª ed. 1988), p. 27 *et seq.*; para a mitologia da coerência, p. 32 *et seq.*

<sup>3</sup> Nesse sentido, de nenhuma forma se trata de recusar a considerável contribuição da escola de Skinner e dos trabalhos pioneiros de J. G. A. Pocock.

<sup>4</sup> Essa expressão de Q. Skinner é uma retomada do vocabulário de L. Wittgenstein. Para uma leitura mais geral das implicações epistemológica e metodológica do emprego skinneriano da teoria austriana dos atos de linguagem, nos referiremos a Gautier (2004). Para uma apresentação geral de seu programa, Spitz (1989).

<sup>5</sup> É exatamente o gênero de crítica metodológica dirigida por Skinner sobre esse ponto (Skinner, 2002, C3), que assim reprova o filósofo – ele é seu alvo principal – de ter a todo custo desejado encontrar unidade e razão onde não há forçosamente nenhuma.

<sup>6</sup> Sobre a definição deste princípio, ver Delpla (2001). Para uma aplicação crítica do princípio da caridade às ciências sociais, ver Bonay, Cozic (2011). Para o caso em questão, não há razão para supor, a priori, que as formas aparentes de inconsistência (na apresentação de argumentos) dependeriam de circunstâncias externas e/ou contingentes. Deve ser possível admitir que o caráter imediato, aparente ou visível, de uma tensão ou contradição pode ser justificado por outros elementos textuais. Semelhante justificação não implica necessariamente, longe disso, a construção de uma ficção *ad hoc* que permita restituir o que de fato não existiria – a

de outro, e isso se aplica para o caso aqui estudado, o fato de que postular uma certa coerência conduz o leitor ou a leitora a questionarem elementos do texto que uma análise por vezes inacabada não traz à tona.

É com base nesse enfoque que farei a seguir considerações sobre a questão da divisão do trabalho. Trata-se de uma leitura um pouco diferente daquela consagrada pela historiografia dedicada à obra de Adam Smith relativa ao “Adam Smith Problem”.<sup>7</sup>

Em um primeiro momento, retomarei o enunciado do problema da divisão do trabalho para, em um segundo momento, propor uma leitura “naturalista” dele, e, à guisa de conclusão, esboçar algumas observações sobre a maneira pela qual isso deveria levar à reconsideração do “liberalismo” de Smith. Essa requalificação é principalmente orientada pela exigência metodológica de supor a coerência das teses defendidas por Smith.

Neste sentido, essa aplicação controlada de um princípio metodológico de leitura tem uma consequência de ordem teórica e política, pois ela nos permite reconsiderar, de maneira crítica, a natureza do “liberalismo” de Smith.

## I. A divisão do trabalho, entre apologia e crítica radical

O problema surge quando há, de um lado, um esforço para tornar coerente a valorização econômica da divisão do trabalho no Livro I (capítulos 1 e 2 da *Riqueza das nações*), vista enquanto princípio de “aperfeiçoamento das faculdades produtivas do trabalho” e também princípio de aperfeiçoamento da “ordem segundo a qual seu produto se distribui naturalmente entre os diferentes estratos do povo” (*RN*, v. 1, p. 5 *et seq.*); de outro lado, com a crítica moral não menos explícita, e, em certo sentido radical, dessa mesma divisão do trabalho no Livro V, especialmente no Artigo III “Das despesas das instituições para a instrução das pessoas de todas as idades” (*RN*, v. 4, p. 885 *et seq.*).

Essa tensão reflete o que na historiografia geral do comentário foi apresentado como “Adam Smith Problem”: a relação a ser estabelecida entre a *Teoria dos sentimentos morais* (1759, doravante TSM) e a *Riqueza das nações* (1776). Essa questão é inteiramente dirigida para a reconstrução de um princípio de coerência entre filosofia moral e filosofia econômica. Como compreender a natureza de uma perspectiva que, na *Teoria dos sentimentos morais*, valoriza as virtudes morais da benevolência, da imparcialidade e do autodomínio, e, na *RN*, valoriza o *self-interest*, cuja realização parece ser a força motriz da “sociedade policiada” (*RN*, V, 1, p. 884), ou do que Joseph Cropsey (Cropsey, 1957)<sup>8</sup> designou de “sociedade de comércio”?

---

saber, um certo grau de coerência ou de sistematicidade na disposição dos argumentos. Dito de outra forma, por caridade, é importante admitir que o autor é racional quando buscamos interpretar os seus argumentos.

<sup>7</sup> Sobre esse ponto, que produziu uma literatura abundante, oferecemos uma referência: Haakonsen, Winch (2006).

<sup>8</sup> Para uma apresentação sintética, ver Macfie, Cropsey (1959), p. 181 *et seq.*

Em seu curto e notável texto de 1957, Cropsey *unifica* a doutrina<sup>9</sup> ao propor o que, a meu ver, permanece como um dos primeiros desenvolvimentos sistemáticos sobre o “naturalismo” de Smith.<sup>10</sup>

Ele mostra que esse naturalismo é, *in facto*, um vitalismo cujo princípio reside na conservação da vida. Então, o que constitui a natureza comum dos animais e dos homens é o “desejo” de preservação da vida, tanto para o indivíduo quanto para a espécie. Preservar a vida é conservá-la em movimento, até mesmo melhorá-la. Temos aí uma outra formulação do *conatus* hobbesiano, com o qual será muito fácil mostrarmos as afinidades. J. Cropsey fala de “impulso interno”<sup>11</sup>; o que, junto a Hobbes, poderia ser ainda designado como o início voluntário do movimento.

A conservação do movimento, até mesmo sua amplificação e seu aperfeiçoamento, é tributária, segundo Smith, de uma maneira de apreender o mundo exterior, a qual se funda sobre uma teoria da percepção cujos principais elementos nos são oferecidos por Smith em um ensaio pouquíssimo lido e, no entanto, decisivo, intitulado *Of the External Senses* (Smith, 1980).

Partindo da *Nova teoria da visão* de Berkeley (1709), Smith admite dois resultados importantes: de um lado, a não-correspondência entre o mundo tangível (faculdade do tato) e o mundo visível (faculdade da visão); de outro lado, a faculdade visual desempenha um papel preponderante enquanto instrumento privilegiado de percepção das distâncias ou das relações entre os objetos.

A partir disso, Smith postula que essas faculdades de percepção – em especial a visão – não são faculdades que devem ser consideradas com o intuito principal de ajudar a “razão” a conhecer a “essência das coisas”, mas sim de ajudar a conhecer as relações externas entre os objetos.<sup>12</sup>

Cito Smith no ensaio *Of the External Senses*:

<sup>9</sup> O gesto metodológico de unificação intervém logo no início do texto, quando Cropsey afirma: “It is in the *Theory of Moral Sentiments* that Adam Smith in part states and in part implies those first principles when they are regarded in their mutual relation, form the theoretical system upon which his advocacy of commercial society rests. Our present task is to try to understand that system for the sake of the social doctrine in which it culminates” (Cropsey, 1957, p. 1).

<sup>10</sup> Ver o importante capítulo 1, “The General Foundation of Smith’s System” (Cropsey, 1957, p. 1-55).

<sup>11</sup> “It appears that, by genius, nature is an internal principle, or an internal impulsion in virtue of which all living (scil. moving) things act and move as they do” (Cropsey, 1957, p. 2-3).

<sup>12</sup> Sobre esse ponto, ver Smith, 1980, “Of the Sens of Seeing”, §43 *et seq.*, p. 148 *et seq.* Encontramos ali, em especial, a retomada de uma das teses de Berkeley acerca da questão do “juízo visual” (Bryckman, G.), isto é, sobre o fato que a percepção da distância não é imediata e que ela supõe experiências. Por exemplo: “we shall be sensible that distance from the eye cannot be the immediate object of Sight, but that all visible objects must naturally be perceived as close upon the organ, or more properly, perhaps, like all other Sensations, as in the organ which perceives them” (Smith, 1980, §45). Podemos aproximar isso do *Ensaio para uma nova teoria da visão*, de G. Berkeley, especialmente o §17, no qual o autor considera a percepção das distâncias como o fruto de um julgamento fundada na experiência ou ainda por “sugestão”. Ver Berkeley (1997), p. 207.

A benevolente natureza dotou-nos com o sentido da visão, tendo com isso o propósito de nos informar a localização e a distância dos objetos tangíveis que nos cercam. Do conhecimento da localização e distância depende a inteira conduta da vida humana.<sup>13</sup>

Esse conhecimento é, portanto, inteiramente subordinado às exigências da conservação dos movimentos e ao seu aperfeiçoamento. A “natureza” judiciosamente ofereceu ao homem um sistema imperfeito de percepção que não lhe permite, contudo, alcançar a essência das coisas.<sup>14</sup>

Este sistema não vem nem primordialmente e nem principalmente ao socorro da razão, mas sim ao dos apetites e, ainda mais especificamente, ao do apetite pela visão enquanto tal! Portanto, em matéria de conhecimento, o homem não pode tanto aspirar ao conhecimento verdadeiro das coisas enquanto tais, mas sim a um conhecimento útil a serviço da preservação da vida, até mesmo de sua melhoria.

Semelhante valorização da utilidade, aqui baseada em uma concepção da finalidade da natureza – como conservação do movimento ou preservação da vida –, tem como consequência desqualificar o conhecimento impossível das coisas enquanto tais, mas sobretudo, e isso é encontrado na *Teoria dos sentimentos morais*, de valorizar a “*vita activa*” em detrimento da “*vita contemplativa*” – o “*negotium*” contra o “*otium*”:

Ao homem está reservado um departamento bem mais humilde, mas mais adequado à fraqueza de seus poderes e à estreiteza de sua compreensão: o fato de estar absorto na contemplação do mais sublime jamais pode servir de desculpa para negligenciar o departamento mais humilde [...]. A mais sublime especulação do filósofo contemplativo dificilmente compensa a negligência do menor dever ativo.<sup>15</sup>

<sup>13</sup> Traduzo: “The benevolent purpose of nature in bestowing upon us the sense of seeing, is evidently to inform us concerning the situation and distance of tangible objects which surround us. Upon the knowledge of this distance and situation depends the whole conduct of human life” (Smith, 1980, §60, p. 156). [N.A.] Tradução de Smith, A. (2019), “Dos sentidos externos”, p. 166-167. [N.T.]

<sup>14</sup> Sobre esse ponto, é digno de destaque que o comentário de J. Cropsey faz uma utilização significativa do vocabulário de Hume para designar, em A. Smith, os “princípios da natureza humana” ou ainda os “*first principles*”. Nesse âmbito, sua filosofia da natureza humana com frequência faz empréstimos implícitos de Hume. Os editores, em sua introdução ao ensaio “Of the External Senses”, destaquem além disso que é provável que entre diferentes versões desse ensaio, o autor da *Teoria dos sentimentos morais* tenha lido o *Tratado da natureza humana*. Ver Smith, 1980, “Introduction”, p. 133-134. No entanto, subsiste o fato que esse tipo de “providencialismo” – “a finalidade benevolente da natureza” –, não é humeana. Sobre essa diferença entre ambos os filósofos, ver Gautier (2020), especialmente “Smith: la ‘main invisible’, sécularisation du point de vue de Dieu ?”, p. 301 *et seq.*

<sup>15</sup> “To man is allotted a much humbler department, but one much more suitable to the weakness of his powers, and to the narrowness of his comprehension; the care of his own happiness, of that of his family, his friends, his country: that he is occupied in contemplating the more sublime, can never be an excuse for his neglecting the more humble department [...]. The most sublime speculation of the contemplative philosopher can scarcely compensate the neglect of the smallest active duty”. Smith, A. (1976b). VI.ii.3 “Of universal Benevolence”, §6, p. 237; Smith, (2007), p. 329 [trad. mod.] [N.A.] Trad. de Smith, A. (2015), p. 296. [N.T.]

Em conformidade aos requisitos de seu empirismo – fortemente influenciado por Hume no que diz respeito a esse aspecto –, não é tanto a razão sozinha ou as virtudes da inteligência que predominam na orientação da conduta do homem, mas, muito antes disso, as paixões, as afecções e as virtudes morais.

Levando em conta esses elementos brevemente evocados acerca de seu naturalismo, compreendemos então que a simpatia, enquanto reguladora de intensidade afetiva, opera identicamente e indiferentemente com as paixões altruístas e as egoístas.

Ocorrem apenas variações de intensidade, e contanto a paixão egoísta seja contida a certo nível de intensidade, o espectador imparcial pode simpatizar com ela; pode-o pelo menos tanto quanto o faz com uma paixão altruísta, também nesse aspecto dentro de uma certa medida.

A “medida”, a “conveniência”, isso é, a justa expressão da forma social da paixão, tal é o critério que Smith denomina, em sua *Teoria dos sentimentos morais*, através do campo lexical da “propriety”.<sup>16</sup>

A esse respeito, e porque a simpatia não é de forma alguma a benevolência<sup>17</sup>, a *Teoria dos sentimentos morais* certamente constitui, junto com a *Riqueza das Nações*, parte de uma única e mesma doutrina antropológica que faz da simpatia o dispositivo a partir do qual se torna possível reconstruir *indiferentemente* a gênese das distinções morais e a gênese das distinções sociais e políticas.

Esse naturalismo, que remete ao estudo dos “princípios da natureza humana”, é suficiente para compreender o que constitui a unidade doutrinária de seu pensamento. E, nesse plano, não há motivos para imaginar qualquer reviravolta, uma mudança de paradigma ou algo semelhante que tenha ocorrido entre 1759 e 1776.

E quanto à questão da divisão do trabalho? Inicialmente, é preciso lembrar que esse problema é interno à *Riqueza das Nações*. Como se sabe, é a partir da paixão de preservar e melhorar sua condição que Smith acaba por fundar, *in fine*, a constituição política da “sociedade de comércio”.

Muito mais do que a paixão hobbesiana do “medo da morte violenta”, que socializa o indivíduo do estado de natureza, em Smith é a paixão da melhoria que chega a liberalizar, ou, se ousar assim dizer, a comercializar a sociedade do pacto. Se o medo da morte “socializa”, a pulsão de conservação e de aperfeiçoamento liberaliza.

Ao referir-se aos princípios da natureza humana, a antropologia smithiana permite passar da sociedade do pacto para a sociedade de comércio. Ela permite

<sup>16</sup> Smith, 1976b, TMS, Section 1 “Of the Sense of Propriety”, especialmente o cap. 3, p. 16 *et seq.*

<sup>17</sup> Smith, 1976b, TMS, Section 1, cap. 1 “Of Sympathy”, §5, p. 10. “O termo simpatia, que talvez originalmente significasse a mesma coisa, pode agora, sem nenhuma impropriedade de linguagem, ser usado para indicar a nossa afinidade qualquer paixão”.

simultaneamente uma liberalização e uma generalização da troca como propensão natural (para retomar o vocabulário presente em *RN*, I, 1, 2) das relações humanas.

É diante desse quadro que devemos reconsiderar os dois tipos de discurso desdobrados por Smith sobre a divisão do trabalho. De um lado, aquele dos dois primeiros capítulos do Livro I da *Riqueza das Nações*; de outro, o do primeiro capítulo do Livro V.

Para rememorarmos, o primeiro discurso valoriza a divisão do trabalho como princípio de aperfeiçoamento do produto do trabalho organizado e como fator de aumento desse mesmo produto a ser dividido “entre os diferentes estratos do povo”; a divisão é, então, a oportunidade para ganhos de “produtividade”. O segundo evidencia, a respeito da educação do povo, os efeitos da “corrupção” engendrados por essa mesma divisão do trabalho.

Essa corrupção mina o desenvolvimento das capacidades cognitivas e da inteligência dos “trabalhadores pobres” (“*poor labourers*”), sendo que estes últimos constituem o grande conjunto do povo. Efetivamente, a monotonia e a simplicidade das tarefas repetitivas têm como efeito debilitar as disposições – as “capacidades” – dos indivíduos ao lhes impor hábitos que se tornam rotineiros e exclusivos. Portanto:

O mesmo pode ser dito a respeito da crassa ignorância e estupidez que, numa sociedade civilizada, parecem tão frequentemente entorpecer o entendimento de todas as classes inferiores de pessoas. Um homem que não faça uso apropriado das faculdades intelectuais humanas é, se possível, ainda mais desprezível que um covarde, e parece estar mutilado e deformado numa parte ainda mais essencial do caráter da natureza humana (*RN*, v. 4, V, cap. 1, p. 884 [v. 2, p. 994]).<sup>18</sup>

É fundado nesta constatação, crítica e sem verniz, que Smith recomenda ao soberano propiciar o desenvolvimento de escolas que, baseadas no modelo escocês das “escolas paroquiais” ou no modelo inglês das “escolas de caridade”, ofereçam uma instrução mínima, e, ademais, principalmente utilitária, a fim de evitar ou limitar as consequências de uma tal divisão nessas próprias “sociedades policiadas”.

Como conciliar esses dois discursos? Antes de propor uma leitura que envolva seu naturalismo, gostaria de lembrar algumas interpretações consideradas. Em um artigo já antigo, *Adam Smith and Alienation: A Rejoinder* (West, 1975), E. G. West propõe uma síntese e uma interpretação.

Sem entrar em detalhes, parece que Smith teria sido, segundo privilegiemos um ou outro desses discursos sobre a divisão do trabalho, o promotor de um capitalismo liberal ou o precursor proto-marxista de uma leitura crítica dos efeitos da

---

<sup>18</sup> A citação do original, traduzida pelo autor, encontra-se em Smith, A. (1976a). [N.T.]

organização do trabalho em sua divisão, enfatizando certos efeitos “alienantes” sobre as capacidades físicas e mentais dos trabalhadores.

O que dá credibilidade a essa segunda leitura é, talvez, o fato de Marx, tratando da divisão do trabalho, citar Ferguson, que, em seu *Ensaio sobre a história da sociedade civil* (1767), desenvolve e amplia o mesmo tipo de análise crítica da divisão do trabalho.<sup>19</sup>

West, no artigo acima citado e em outros textos (cf. West, 1969), esforça-se, pois, a mostrar que se admitirmos que o conceito marxista de alienação contém as três seguintes determinações – “a impotência”, “o isolamento” e o fato de “ser estranho a si mesmo” –, então Smith reconhece apenas a dimensão de estranhamento de si mesmo, e não a do isolamento ou da impotência (Lamb, 1973).

O que me interessa aqui diz respeito ao uso de tal categoria para dar conta de um dos aspectos do discurso smithiano sobre a divisão. Uma categoria anacrônica, sem dúvida, que talvez não tenha relação com a realidade histórica observada por Smith na época da redação da *Riqueza das Nações*. Mas essa falta de contexto, do ponto de vista da história do conceito, talvez não seja o ponto mais discutível dessas análises.

De maneira muito evidente, e apenas menciono isso de passagem, a questão da coerência dos dois discursos sobre a divisão não se revela como uma questão pertinente – porque o problema da interpretação se debruça, frequentemente de modo exclusivo, sobre um *ou* outro desses dois discursos. No caso da interpretação em termos de alienação, prevalece somente a maneira de compreender o sentido e o alcance da crítica desenvolvida no capítulo I do Livro V da *Riqueza das Nações*.

Sob certos aspectos, esse tipo de interpretação da divisão do trabalho coloca a questão – assim me parece, e fazendo-o de forma bastante legítima – de uma aproximação possível entre os conceitos de “divisão”, de “corrupção” e de “alienação”.

Muitas objeções podem, no entanto, ser dirigidas a essa espécie de leitura, para além da dimensão *proléptica* do assunto. De um lado, Lisa Hill, em um artigo de 2006 intitulado *Adam Smith and the Theme of Corruption* (Hill, 2006), mostra com clareza que *o conceito de alienação* não faz parte do vocabulário smithiano, e com boas razões! Ele emprega de modo contínuo e exclusivo o vocabulário da “corrupção”.

Por exemplo, para evocar a questão das consequências da divisão do trabalho sobre os indivíduos e sobre a situação da sociedade, assim que como a necessária intervenção do governo, Smith afirma: “[...] alguma intervenção do governo é necessária para impedir a quase completa corrupção e degeneração do grande conjunto do povo” (RN, Vol. 4, V-1, p. 877 [v. 2, p. 987]). E, um pouco mais adiante na mesma

---

<sup>19</sup> Patrick Vieu, em sua edição crítica de Adam Ferguson (2013), faz um balanço sobre o estado da questão a respeito da paternidade da análise da divisão do trabalho (ver a nota 26, p. 467-469). Sobre esse ponto, Marx citará Ferguson, especialmente em sua *Miséria da filosofia* (1847), cap. II, §2, “A divisão do trabalho e as máquinas”.

passagem, a respeito da perda do “espírito marcial”: “A uniformidade de uma vida estagnada naturalmente corrompe a coragem e seu espírito e o faz contemplar com repulsa a vida irregular, incerta e arriscada de um soldado” (*ibidem*, p. 878 [p. 988]).

Nos dois casos, deve ser observado o emprego do campo léxico da “corrupção” que, com o vocabulário da “degenerescência”, apenas manifesta o ponto de vista quase-naturalista do assunto, questão à qual ainda irei retornar.

Em todo caso, e de modo evidente, é difícil, nesse ponto, deixar de enxergar que Smith mobiliza o vocabulário clássico da própria corrupção mesmo se, como Lisa Hill demonstra judiciosamente, este seja ampliado em seus significados, por efeito de dois fatores evolutivos: o crescimento dos mercados econômicos internos e externos conduzido pelo Império Britânico – a questão da “dívida pública”, mas também, e provavelmente sobretudo, o nascimento e o desenvolvimento dos Estados modernos – a questão da corrupção dos homens políticos pelo sistema de patronato, as prebendas, etc.<sup>20</sup>

Mas, atendo-se ao que nos interessa no momento, a questão da corrupção envolve outro significado. Ela incide sobre o fato de desviar ou opor determinadas “circunstâncias” ao desenvolvimento das faculdades naturais do homem. Portanto, ao relacionar os “princípios da natureza humana” com as circunstâncias produzidas pela divisão, torna-se possível considerar essa divisão como fator de corrupção.

Porém, uma vez mais, substituir o vocabulário da corrupção pelo da alienação não explica a tensão já identificada entre apologia e crítica da divisão do trabalho.

Quanto a esse ponto, e visando propor uma leitura coerente que dispense uma hipótese *ad hoc*, parece-me importante recuperarmos o naturalismo de Smith, pelo qual se torna possível sustentar *ao mesmo tempo*:

1. Que a divisão é uma organização do trabalho que responde às determinações da natureza do homem, dando ensejo à sua “inclinação” ou à sua “propensão natural” para a troca.
2. Que, de outro lado, como todo artifício, isto é, como toda “circunstância” artificialmente constituída, a saber, a organização do trabalho dividido – e sobre esse ponto Smith aproxima-se muito de Hume –, coloca-se a questão do seu grau de desenvolvimento ou de sua forma de generalização e aprofundamento. Em um vocabulário que não é o de Smith, a mediação artificial da divisão que responde às tendências ou propensões naturais do homem ativo deve ser controlada em suas consequências. E, se não é possível evitar tais consequências, então é necessário atenuar seus efeitos sobre os indivíduos.

---

<sup>20</sup> Esta questão da corrupção “política” na Inglaterra do século XVIII é importante e acompanha toda a história política do longo século entre libelistas e autores de panfletos.

Dito de outra forma, seria totalmente possível compreender os dois discursos sobre a divisão – *RN*, Livro I e *RN*, Livro V – como sendo pertencentes a um mesmo problema antropológico: o da relação talvez inevitável, no processo de civilização, entre “natureza” e “artifício” ou, o que é a mesma coisa, entre “natureza” e “história”.

Portanto, é no centro dos princípios da doutrina smithiana da natureza que devemos talvez buscar a coerência e o significado das tensões que uma leitura demasiado disposta à prolepse tende a apontar como contraditória com seu “liberalismo”. Iremos esmiuçar isso a partir de agora.

## II. A divisão como forma artificial da relação de interdependência

O primeiro capítulo do Livro I da *Riqueza das Nações* tem como título “Da divisão do trabalho” (*RN*, I, I, p. 5 *et seq.*). Ele se inicia com o exemplo da manufatura de alfinetes (*Ibid.*, p. 6-7). Nesse exemplo, e em sua generalização<sup>21</sup>, Smith coloca indiretamente a questão da interdependência.

Trata-se de comparar dois tipos de situação: a primeira é a da produção de alfinetes por um único indivíduo isolado que realizaria todas as operações necessárias para esse fim. A segunda consiste em dividir, por sequências, as tarefas de produção e confiá-las a quantos indivíduos forem necessários.

Cada uma dessas tarefas é, de uma só vez, diferente e vinculada àqueles que a precedem e a sucedem.<sup>22</sup> Desse modo, essas tarefas são funcionais devido a essa relação de contiguidade. Eis por que uma visão de conjunto é muitas vezes necessária.<sup>23</sup>

Trata-se, através dessa dependência funcional, de produzir um efeito que difere, tanto em quantidade como em qualidade, daquele que teria sido obtido por um número idêntico de operadores que produzissem isoladamente.<sup>24</sup> Essa primeira justificativa da divisão de tarefas é econômica e provavelmente a que foi com mais frequência lembrada.

É possível compreender de outro modo esse fenômeno a partir da existência de uma relação entre o desejo de conservação (do movimento vital) e a intervenção dos meios práticos para responder a ele. A divisão é, assim, o que concede à

---

<sup>21</sup> “Em todos os ofícios e manufaturas, os efeitos da divisão do trabalho são semelhantes aos que se verificam nessa manufatura tão trivial [...]” *RN*, I, I, p. 7 [p. 9].

<sup>22</sup> “[...] e a importante atividade de forjar alfinetes é, dessa maneira, dividida em cerca de dezoito operações distintas, as quais, em algumas manufaturas, são todas executadas por diferentes operários [...]”. *RN*, I, I, p. 6 [p. 8].

<sup>23</sup> Destaque-se que esta visão geral ainda é designada por Smith pela expressão metafórica os “olhos de quem vê”, *RN*, I, I, p. 5. [ed. bras. “à vista do observador”, p. 7].

<sup>24</sup> “Desse modo, como cada pessoa produzia uma décima parte de 48 mil alfinetes, cada um fabricava cerca de 4.800 alfinetes num dia. Mas, se cada uma trabalhasse separada e independentemente das outras, e sem que nenhuma delas tivesse sido treinada para essa atividade específica, por certo nenhuma delas conseguiria produzir vinte alfinetes por dia [...]” *RN*, I, I, p. 6-7 [p. 9].

interdependência uma dimensão propriamente criativa, pois o resultado ao qual ela induz é superior ao que seria obtido sem ela – efeito de super-rogação.

A forma particular da associação, ou, se quisermos, da sociedade aqui deliberadamente implementada, tem como efeito mais visível a produção de um aumento líquido das subsistências. A interdependência organizada pela divisão é, nesse exemplo, um artifício que não é contrário à natureza do homem: este último esforça-se, efetivamente, para conservar, senão para melhorar, as condições de sua existência.

Mas a sequência de raciocínios demonstra aqui que o produto da divisão ultrapassa essas necessidades vitais. Nesse sentido, a divisão é um fator de “prosperidade”.<sup>25</sup> Em todo caso, ela é uma invenção e uma resposta às exigências naturais da melhoria nas condições de vida.

Portanto, esse caráter artificial ou instituído da divisão está inteiramente alinhado ao prolongamento da natureza do homem:

A divisão do trabalho, da qual resultam tantas vantagens, não procede originalmente da sabedoria humana, que prevê e projeta essa riqueza geral a que dá origem. É antes a consequência necessária, embora muito lenta e gradual, de uma certa propensão na natureza humana<sup>26</sup> que não almeja uma utilidade tão abrangente: a propensão a cambiar, permutar e trocar uma coisa pela outra (RN, I, 2, p. 15 [p. 18]).

Ainda que seja artificial, a divisão não é, no entanto, um fato derivado de uma decisão voluntária e teleologicamente orientada. Ela se torna possível pelo jogo de uma tendência de nossa natureza, e os artifícios aos quais é preciso recorrer para que ela exerça seu impacto são progressivamente inventados. Assim, ela se revela como um processo, um movimento de transformação e de organização progressivas. A base natural sobre a qual este movimento se assenta é a da “propensão” para a troca, que “é comum a todos os homens e não se encontra em nenhuma outra raça de animais”.<sup>27</sup> Estou naturalmente disposto a trocar o que me pertence como fruto da minha atividade porque, de modo igualmente natural, não consigo satisfazer sozinho toda a variedade de necessidades indispensáveis à minha conservação.<sup>28</sup>

---

<sup>25</sup> Aqui, como já observado, deixo momentaneamente de lado a questão dos efeitos de uma organização deste tipo e interesso-me apenas na forma de interdependência implicada.

<sup>26</sup> No inglês lemos “*propensity to truck* [...]”. WN, p. 25.

<sup>27</sup> *Ibidem*. Grifo nosso. [p. 18]. Esse recurso ao vocabulário da “propensão” e da “tendência” explicita o ponto de vista da análise, o de um naturalismo próximo àquele encontrado em Hume.

<sup>28</sup> O pano de fundo de espontaneidade que manifesta a ancoragem antropológica do que ao mesmo tempo se desenvolve como um processo de divisão e como um conjunto de condutas de troca não deve, portanto, ser oposto aos meios artificiais com os quais estas formas primitivas são aperfeiçoadas. A natureza e o artifício não são contraditórios e a razão, quando intervém, opera neste espaço de melhorias incrementais. Tal como com Hume, a razão não é constitutiva; ela reforma, ou seja, ajusta-se.

É essa aptidão para a troca que permite a circulação dos produtos da atividade, pois a divisão, ao organizar as tarefas especializadas e separadas umas das outras<sup>29</sup>, tornará cada indivíduo, considerado *isoladamente*, cada vez mais dependente desta possibilidade de converter parte do produto em bens úteis para as suas necessidades.

A divisão torna a circulação de bens necessária, e a propensão natural à troca faz desta circulação um objeto adequado de correlação. O artifício da divisão pode desta forma produzir seus bons efeitos, pois ele depende, para o seu aprofundamento, desta condição de troca que é sempre e somente a forma atualizada de uma disposição da natureza de cada pessoa.<sup>30</sup>

Os indivíduos, impelidos uns para os outros, assim encontram no artifício da divisão a forma mais sistemática e produtiva de organizar a interdependência para satisfazer as exigências de conservação e aperfeiçoamento de si. O caráter afortunadamente ajustado de um conjunto de disposições e de uma instituição concretiza-se, então, num outro efeito primordial:

Se não existisse propensão à troca, à permuta ou ao câmbio, todo homem precisaria prover-se de todas as coisas necessárias à vida e ao conforto de que necessitasse. Todos precisariam cumprir os mesmos deveres e realizar o mesmo trabalho, de modo que não existiria uma tal diferença de ocupação que por si só fosse suficiente para criar uma diferença de talentos tão grande (RN, I, 2, p. 18 [p. 21]).

A divisão e a troca possibilitam o desenvolvimento das diferenças, a individualização das capacidades, em suma, a constituição dos “talentos”. O princípio geral da dependência recíproca, ou sistema organizado de relações, possibilita a individuação dos termos relacionados, ou seja, o desenvolvimento de aptidões específicas, a constituição da particularidade de cada indivíduo.

De uma lógica de semelhanças individuais, ainda grosseira e rudimentar nos primórdios das sociedades, passamos para uma lógica de diferenças onde cada pessoa pode fazer daquilo que a distingue de seu semelhante a ocasião de uma personalização. A especialização pela divisão é também, e “em certa medida”, o caminho para a individuação dos termos em relação. Esta individuação não é, como é possível constatarmos, o resultado de uma condição original e solipsista. Ela pressupõe, por princípio, a dependência existente em relação ao semelhante e à sociedade. A particularidade de cada indivíduo apenas surge porque estes últimos encontram-se

---

<sup>29</sup> Não funcionalmente, mas do ponto de vista de seu conteúdo: a cabeça do alfinete, a agulha, etc.

<sup>30</sup> Apreendida a um nível mais geral, que já não é o do indivíduo, mas o dos indivíduos na medida em que constituem, em conjunto, um espaço de relações de troca, esta condição de troca é redefinida por Smith como limitação da extensão do mercado. Ver RDN, I-3 “A divisão do trabalho é limitada pela extensão do mercado”.

ontologicamente relacionados. A relação é, portanto, a condição de possibilidade da individuação pela divisão.

Smith extrai uma consequência essencial desta colocação do problema da divisão: as formas de interdependência criativa são tributárias de um certo nível de desenvolvimento das sociedades humanas.<sup>31</sup> Por ser uma instituição, a divisão está sujeita a uma história, qual seja, a história das sociedades: nas sociedades “rudimentares”, ela é sucinta e pouco genérica; nas “sociedades aperfeiçoadas”<sup>32</sup>, ela é sistemática e cada vez mais produtiva, especialmente no que diz respeito às diferenças entre os indivíduos. Esta história das formas é a história da sua generalização, da sua complexificação e do seu aperfeiçoamento.<sup>33</sup> A consequência disso é então explicitamente formulada, fazendo a ligação entre esta evolução da divisão, da “opulência” ou da “prosperidade”:

É a grande multiplicação das produções de todas as diferentes artes, consequência da divisão do trabalho, que dá origem, numa sociedade bem administrada, à opulência generalizada que se estende às mais baixas camadas do povo. (RN, I, 1, p. 12)<sup>34</sup>

Todos, ainda que de maneira diferente, podem retirar vantagens desse aumento da prosperidade.

A individuação pela diferenciação, ou seja, o desenvolvimento das capacidades e talentos específicos de cada pessoa, surge como uma consequência deste movimento de divisão: ao mesmo tempo que os indivíduos interligados pela divisão adquiriram ou poderiam adquirir capacidades, descobriram a partir delas, e na sociedade, a oportunidade de se constituírem enquanto individualidades. Até aqui, esta individualização se revelava como a expressão mais forte desta forma de abordar conjuntamente a dimensão produtiva das relações e as suas consequências sobre os termos interligados. Mas é importante compreender que esta relação produtiva de divisão e individuação, ou interdependência e diferenciação, opera positivamente apenas “até certo ponto”.

A questão é, portanto, a da identificação de um limite, de um domínio de definição para além do qual os bons efeitos da divisão se transformam em seu contrário:

---

<sup>31</sup> “Essa distinção é geralmente levada mais longe nos países que desfrutam de um nível mais *elevado de atividade e aperfeiçoamento*: o que constitui o trabalho de um homem *num estágio primitivo da sociedade* corresponde comumente ao de vários homens numa sociedade mais desenvolvida” (RN, I, 1, p. 7) [p. 9].

<sup>32</sup> Qualificativo encontrado no texto, RN, I, 1, p. 7-8. [p. 9].

<sup>33</sup> Deixo aqui de lado o problema de captar esta historicidade das sociedades, compreendida a partir da evolução e da complexificação das formas de divisão. Para uma apresentação geral destas concepções “estagiais” da história, remeto a Gautier (2011), em especial ii-1, “Le modèle d’une histoire par étape”, p. 49 *et seq.*

<sup>34</sup> Encontramos formulações análogas à essa mesma constatação em RN, I, 1, p. 13. [p. 15].

Em alguns casos, o estado da sociedade necessariamente coloca a maior parte dos indivíduos em situações que, sem nenhuma intervenção do governo, naturalmente formam neles quase todas as habilidades que esse estado exige ou talvez possa admitir. Em outros casos, o estado de sociedade não coloca a maior parte dos indivíduos nessas situações, e por isso alguma atenção do governo é necessária para impedir a quase completa corrupção e degeneração do grande conjunto do povo” (RN, V, I, p. 877 [v. 2, p. 987]).

A questão das formas corruptas de divisão das atividades não é inicialmente examinada partindo do que indivíduos cada vez mais interdependentes se tornaram, mas sim da perspectiva do “estado da sociedade”, na medida em que este último desperta nos indivíduos tanto as suas “capacidades” como as suas “virtudes”. Em Smith não há, como acontece com Hume, uma análise psicológica da corrupção. Não se trata de um desvio subjetivo de carácter, mas de um efeito sistêmico do “estado da sociedade”.

Contudo, a função atribuída a este “estado da sociedade” indica uma outra coisa: existe um tipo de causalidade produtiva que escapa ao plano da estrita individualidade. Afinal, dizer que o “estado da sociedade”<sup>35</sup> provoca situações que “naturalmente” criam capacidades e virtudes é o mesmo que reconhecer a existência de causas atuantes que não são primordialmente individuais. A expressão “estado da sociedade” é utilizada por Smith para afirmar a existência de uma ordem mais ampla de realidade. É por este motivo que, para agir sobre este tipo de causalidade, ou seja, para atenuar seus efeitos ou modificar sua orientação, será necessário um nível de intervenção que não derive do plano das relações interindividuais. Este nível será o do “Soberano”, e será político.

A exigência desta intervenção, isto é, a necessidade de um governo político, deve ter seu fundamento assentado na distinção entre estas duas ordens de causalidade, a primeira abrangendo os indivíduos em relações nas quais não há razão para a interferência<sup>36</sup>, e a segunda como sendo o pano de fundo – a sociedade – no qual se delimita o universo de possibilidades capazes de serem realizadas pela primeira e sobre o qual é desejável, “em certa medida”, o exercício de um governo do soberano.<sup>37</sup> Portanto, se o desenvolvimento das capacidades e virtudes é efetivamente uma questão individual – na medida em que são disposições e propensões que a organização artificial da

---

<sup>35</sup> “In some cases, *the state of the society* necessarily places the greater part of individuals in such situations [...]”. WN, V-I-f, p. 781. Grifo nosso.

<sup>36</sup> Para além do fato de velar pelo respeito das regras da justiça.

<sup>37</sup> Este Livro V da *Riqueza das Nações* define, entre outras coisas, a esfera de legitimidade do “governo” do soberano. Isto não diz respeito apenas às operações clássicas de polícia, mas também à educação, justiça etc. É interessante notar que os incensadores do liberalismo a todo o custo não se preocuparam em compreender a importância deste Livro que contradiz, muitas vezes de forma bastante explícita, a apologia de uma sociedade reduzida à ordem de mercado, que eles acreditam poder identificar com a posição doutrinária de Smith. Ver o trabalho clássico que faz o balanço desta questão de interpretação: Winch (1978), p. 70 *et seq.* e p. 121 *et seq.*

interdependência permite atualizar e implantar – persiste o fato de que são necessárias condições que escapam desta esfera e que, no entanto, são indispensáveis.

Se estas últimas não forem cumpridas, a sua ausência deve ser remediada por outros meios igualmente artificiais, isto é, os de um governo político. O movimento contínuo da divisão das atividades faz da política uma intervenção que se torna necessária, e cuja pertinência deve residir na maneira de operar sobre um tipo específico de causalidade, não a impedindo, mas, de forma mais realista e limitada, atenuando a violência dos seus efeitos.

É nesse contexto que devem ser compreendidos os raciocínios smithianos concernentes à exigência de uma educação “do grande conjunto do povo”. (RN, V, I, p. 877 [v. 2, p. 987]).

Se em seu princípio a divisão permite o desenvolvimento das capacidades e das virtudes, pode-se constatar que a sua organização efetiva e concreta, isto é, a sua instituição empírica e histórica, tem como efeito realizar a distinção entre duas categorias de indivíduos: aqueles que, como resultado de tal organização, poderão se dedicar ao desenvolvimento das suas capacidades intelectuais e das suas aptidões de invenção; e aqueles, mais numerosos, que irão, como resultado desta mesma organização e em virtude da sua posição dentro desta divisão, “restringir o conteúdo da sua atividade a um número muito pequeno de operações simples”. Por um lado, a divisão “naturalmente” dirige e encoraja o desenvolvimento de certas capacidades – ela humaniza e emancipa –, enquanto, por outro, também naturalmente as impede ou as limita, ela afasta:

O homem que passou a vida toda realizando pouquíssimas operações bastante simples, cujo resultado é sempre o mesmo ou quase o mesmo, não tem nenhuma oportunidade de exercitar o entendimento ou exercitar sua inventividade para descobrir expedientes que removam dificuldades jamais enfrentadas. (RN, V, I, p. 877 [v. 2, p. 987])

Deste modo, a divisão tem como efeito não menos natural abrir ou fechar as circunstâncias e as situações, impondo o recurso necessário às formas de inteligência e de invenção. De um lado, ela enriquece e individualiza; de outro, estupidifica e desindividualiza ou serializa:

[O indivíduo do grande conjunto do povo] portanto, naturalmente perde o hábito de fazer esse esforço e em geral se torna tão estúpido e ignorante como é possível uma criatura humana tornar-se. (*idem, ibidem*).

A ligação natural entre divisão das atividades e desenvolvimento das faculdades de inteligência e invenção, pelo fato de a primeira reduzir a maioria a tarefas desprovidas de conteúdo, tem como maior efeito impedir o exercício das disposições

que constituem, antes de mais nada, a particularidade de uma pessoa. Essas disposições ou essas tendências requerem, para se tornarem efetivas, ocasiões de “esforços” sem os quais permaneceriam abstrações: desenvolver é, portanto, individualizar. Contudo, para fazer isso são necessárias circunstâncias que suscitam seu exercício. Tornar efetivas essas disposições comuns a todos significa criar as “circunstâncias” ou as “situações” que as colocam em movimento. Esse desenvolvimento produz, então, dois tipos de efeitos maiores: o primeiro é o de uma individuação positiva das capacidades, o segundo se trata de uma desindividuação ou uniformização, também chamadas por Smith de “estupidificação”. E este último diz respeito ao “grande conjunto do povo”.

Todavia, é preciso notar que não é tanto o estado de fato o ponto denunciado por Smith, mas sim as consequências às quais está sujeito. Ele afirma o seguinte a respeito do indivíduo desse “grande conjunto do povo”:

O entorpecimento de seu espírito o torna não apenas incapaz de apreciar uma conversa racional ou participar dela, como também de conceber qualquer sentimento generoso, nobre ou terno, e conseqüentemente de formar algum juízo justo a respeito de muitos dos deveres comuns da vida privada. Ele é *inteiramente incapaz de julgar* os grandes e vastos interesses de seu país [...]. (RN, V, 1, p. 877-878 [v. 2, p.987-988]. Grifo nosso)<sup>38</sup>

Entretanto, encontramos a forma geral do paradoxo que a *Fábula das abelhas* de Mandeville dramatizou de maneira tão poderosa:

Em toda sociedade desenvolvida e policiada é esse o estado no qual *necessariamente* recairão os trabalhadores pobres, isto é, *o grande conjunto do povo*, a menos que o governo faça alguns esforços para impedi-lo. (RN, V, 1, p. 878 [v. 2, p. 988]. Grifo nosso)

Em outras palavras, o que indiscutivelmente é uma privação para o indivíduo – ao menos para a grande parte dos indivíduos que formam a sociedade – é um bem para a própria sociedade, para toda sociedade que se aperfeiçoa e se policia; em suma, para a ordem da sociedade policiada. Smith reconstrói assim uma “história dos estágios”<sup>39</sup> do desenvolvimento das sociedades que salienta o aprofundamento deste

<sup>38</sup> Nestas passagens, Smith destaca em termos bastante diretos os efeitos negativos que tal aumento da divisão acarreta para o indivíduo. Ele fala de uma “corrupção” das faculdades do corpo (RN, V, 1, p. 878 [v. 2, p.987-988]), e aponta que um aumento da destreza de um indivíduo numa “atividade específica” é adquirido “à custa de suas virtudes intelectuais, sociais e marciais” (*ibidem*).

<sup>39</sup> Sobre essa concepção de história dos estágios no século XVIII, ver Meek (2010), especialmente cap. 1 “The four stages theory and its prehistory”, p. 5-36 e o cap. 4, “The Scottisch pionners”, p. 99-130.

paradoxo: nas sociedades de “bárbaros”, “pastores” ou “agricultores”, a forma rudimentar de atividade exige de cada pessoa uma forma positiva de versatilidade:

Nessas sociedades, as variadas ocupações de todo homem os obrigam a exercer sua capacidade e a inventar expedientes para remover as dificuldades que sobre-vêm continuamente. *A inventividade se mantém viva [...]*. (RN, V, I, p. 878 [v. 2, p. 988]. Grifo nosso).

Do estado mais rudimentar ao estado mais policiado, essa viva capacidade de invenção, constituindo aquilo que é próprio de cada indivíduo, torna-se uma capacidade “elevada” de invenção relativamente à escala da sociedade. Ela já não diz respeito ao conjunto dos indivíduos que formam a sociedade, mas somente a uma parte reduzida desta que é, por assim dizer, social e profissionalmente dedicada à invenção, pois no estado rudimentar “todo homem possui um grau considerável de conhecimento, engenho e invenção, mas quase nenhum homem os possui em grau *elevado*” (RN, V, I, p. 879 [v. 2, p. 989]. Grifo nosso).

Essa passagem da ampliação à elevação caminha conjuntamente com o confisco dessa capacidade de invenção e sua concentração nas mãos de uma elite. Tal é, assim parece, o preço a ser pago pelo desenvolvimento ou refinamento típicos de toda sociedade que se civiliza.

Esta é uma das manifestações características daquilo que deriva do “ponto de vista da sociedade” que parece se opor ao “ponto de vista do indivíduo” – outra maneira de formular o paradoxo, agora não mais em termos de objeto, mas sim de ponto de vista.

A análise smithiana da divisão do trabalho permite, assim, revelar o papel central dessa relação como fator determinante para a constituição do indivíduo: a divisão, enquanto organização positiva da dependência e como construção sistêmica da relação, oferece uma forma produtiva a essa interdependência de cada pessoa relativamente a seu semelhante.

Trata-se da divisão considerada como ocasião para os desenvolvimentos individuais das competências e talentos, mas também da divisão, tornada excessiva, considerada como um princípio de separação que dificulta o livre desdobramento das relações e limita “o grande conjunto do povo” a formas de atividades que são pobres em conteúdo.

Se incontestavelmente Smith evidencia tais riscos, se esboça os impactos dos efeitos negativos destes excessos derivados da divisão do trabalho, coube a Adam Ferguson dramatizar em minúcias essas consequências, destacar de maneira mais profunda as consequências humanas, sociais e políticas de semelhante excesso da divisão.

### **Conclusão. Smith liberal ou republicano?**

De que forma esta interpretação – uma leitura certamente possível, mas não exclusiva – do problema da divisão do trabalho é capaz de requalificar os termos do debate sobre o liberalismo e a sua crítica em Smith? Não pretendo oferecer uma resposta definitiva a este ponto, mas somente resgatar os seguintes elementos de discussão.

Por um lado, a análise de Smith sobre a divisão do trabalho mostra, com base nos princípios do seu naturalismo, que o indivíduo não é aquilo que a vulgata da história do liberalismo afirma, a saber, esta “mônada sem porta nem janela”: o indivíduo é naturalmente interdependente; ele só consegue satisfazer o seu impulso para conservar os seus movimentos vitais, ou mesmo aperfeiçoá-los, sob a condição expressa de se encontrar em uma relação essencial com seu semelhante.

Essa relação, princípio antropológico de comunicação dos afetos, é o que ele também designa como o operador da simpatia, que na ordem da sociedade moral favorece as paixões e as virtudes altruístas e na ordem da sociedade civil policiada favorece as paixões egoístas e interessadas. Nas duas ordens de coexistências – a vida moral e a vida social – a relação de dependência encontra-se no próprio princípio de todos os movimentos individuais.

Por outro lado, a análise da divisão do trabalho mostra que são as “instituições” ou os “artifícios” que possibilitam a apropriação produtiva das tendências naturais do homem. Quanto a isso, a divisão é uma das formas produtivas e inventivas que permite não somente responder às exigências vitais do indivíduo em sociedade, mas, acima de tudo, que ultrapassam e realizam aquilo que Smith designa através dos termos “prosperidade” e “opulência”, a *wealth*. Portanto, essa maneira de formular a questão equivale a afastar Smith de qualquer concepção individualista redutora do indivíduo liberal como um ser livre, autônomo e racional.

A simples descrição dos efeitos da divisão, em seus excessos, é o bastante para mostrar que, partindo do pressuposto de que tal figura não é uma ficção, ela apenas diria respeito a uma ínfima minoria do conjunto do povo. Neste sentido, Smith pode não ser tão “liberal” como se costuma dizer. Ou, pelo menos, é um liberal consciente dos limites desse liberalismo!

A meu ver, essa análise também demonstra que não há motivos para reduzir a manifesta tensão presente nos dois discursos sobre divisão. Ambos os discursos encontram a sua unidade epistêmica nos “princípios da natureza humana”, que nos permitem compreender que a “divisão” é uma forma instituída de organização das relações naturais de dependência interindividuais. Deste modo, assim como em qualquer instituição, isto pressupõe um equilíbrio entre “natureza” e “artifício”, um equilíbrio sem o qual aquilo que aumenta as possibilidades de conservação dos movimentos vitais é do mesmo modo aquilo que pode reduzi-los.

Assim, este trabalho sobre os limites pode ser precisamente definido como o lugar de intervenção do soberano e da política. No seu conjunto, o Livro V exemplifica esta concepção da necessária intervenção ou do governo das tendências. A respeito desse ponto, esta exigência de intervenção, esta concepção da política como correção mostra, se assim fosse necessário, que a doutrina smithiana não é facilmente reduzida ao credo liberal do *laissez faire*.

Para encerrar, o indivíduo smithiano, seja ele “sujeito moral” ou “agente econômico interessado”, não é um ser isolado; mais do que isso, as tensões notáveis que urdem seu discurso sobre a divisão do trabalho mostram claramente que não pode haver autonomização da esfera econômica das trocas de mercado, e que o soberano é necessário como força corretiva das tendências que são simultaneamente felizes e infelizes nos efeitos os quais são capazes de produzir.

Não há nada nisto que permita afirmar que Smith seja obviamente o promotor resolutivo do capitalismo liberal!

## Bibliografia

- Berkeley, G. (1997). *Œuvres I*. Ed. G. Bryckman. Paris: PUF. Col. Épiméthée.
- Bonay, D.; Cozic, M. (2011). *Principe de charité et sciences de l'homme*. Disponível em: [www.researchgate.net/publication/255654104\\_Principe\\_de\\_charite\\_et\\_sciences\\_de\\_l'homme\\_1](http://www.researchgate.net/publication/255654104_Principe_de_charite_et_sciences_de_l'homme_1).
- Cropsey, J. (1957). *Polity and Economy: An interpretation of the Principles of Adam Smith*. Coll. “A Series of Books by American Scholars”, v. 8. Reedição por Springer, 2013. The Hague: Martinus Nijhoff.
- Delpa, I. (2001). *Quine et Davidson. Le principe de charité*. Col. Philosophie. Paris: PUF.
- Ferguson, A (2013). *Essai sur l'histoire de la société civile*. Ed. Patrick Vieu. Col. La croisée des chemins. Lyon: ENS-Éditions.
- Gautier, C. (2004). “Texte, contexte et intention illocutoire de l’auteur. Les enjeux du programme méthodologique de Quentin Skinner”. *Revue de métaphysique et de morale*, vol. 2. Paris: PUF, p. 177-192
- \_\_\_\_\_. (2011). *Adam Ferguson An Essay on the History of Civil Society. Nature, histoire et civilisation*. Paris: PUF.
- \_\_\_\_\_. (2020). *Voir et connaître la société. Regarder à distance dans les Lumières écossaises*. Lyon: ENS-Éditions Lyon. Col. La croisée des chemins.
- Haakonssen, K; Winch, D. (2006). “The Legacy of Adam Smith”. In: Haakonssen, K. (org.). *The Cambridge Companion to Adam Smith*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 366-395.
- Hill, L. (2006). “Adam Smith and the Theme of Corruption”. *The Review of Politics*, v. 68, n° 4, p. 636-662.

- Lamb, R. (1973). "Adam Smith's Concept of Alienation". *Oxford Economic Papers*, v. 25, 2, July, p. 275-285.
- Macfie, A. L.; Cropsey, J. (1959). "Polity and Economy: An interpretation of the Principles of Adam Smith". *Philosophical Quarterly*, (9) 35.
- Meek, R. (2010). *Social science and the ignoble savage*. [1976]. Cambridge: Cambridge University Press.
- Skinner, Q. (2002). *Visions of Politics. v. 1. Regarding Method*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Smith, A. (1976a). *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*. Ed. Campbell; A.S. Skinner. Oxford: Clarendon Press. The Clarendon Edition.
- \_\_\_\_\_. (1976b). *Theory of Moral Sentiments*. Ed. D. D. Raphaël; A. L. Macfie. Oxford: Clarendon Press, 1976. The Clarendon Edition.
- \_\_\_\_\_. (1980). "Of the External Senses". In: Smith, A. *Essays on Philosophical Subjects*. Ed. Wightman, W.P.D.; Bryce, J. C.; Ross, L. S. Oxford: Clarendon Press. The Clarendon Edition.
- \_\_\_\_\_. (1995). *Enquête sur la nature et les causes de la richesse des nations*. Trad., ed. P. Taïeb. 4 vol. Paris: PUF.
- \_\_\_\_\_. (2007). *Théorie des sentiments moraux*. Trad., ed. M. Bizou, C. Gautier, J.-F. Pradeau. Paris: PUF. Col. Quadrige.
- Spitz, J.-F. (1989). "Comment lire les textes du passé. Le programme méthodologique de Quentin Skinner". *Revue Droits*, 1, p. 133-145.
- West, E. G. (1969). "The Political economy of Alienation, Karl Marx and Adam Smith". *Oxford Economic Papers*, Mar., New Series, Vol. 21, p. 1-23.
- \_\_\_\_\_. (1975). "Adam Smith and Alienation: A Rejoinder". *Oxford Economic Papers*, Jul., New Series, Vol. 27, p. 295-301.
- Winch, D. (1978). *Adam Smith's Politics. An essay in historiographic revision*. Cambridge: Cambridge University Press.

### **Bibliografia indicada na tradução**

- Smith, A. (2015). *Teoria dos sentimentos morais*. Trad. L. Luft. São Paulo: Martins Fontes.
- \_\_\_\_\_. (2013). *A Riqueza das Nações*. v. II. Trad. A. A. Rodrigues; E. Ostrensky. São Paulo: Martins Fontes.
- \_\_\_\_\_. (2019). "Dos sentidos externos". In: *Adam Smith – Ensaios filosóficos*. Trad. A. A. Rodrigues; P. F. Galé; P. P. Pimenta. São Paulo: Unesp.